

Riacho Fundo exige registro para existir

MÁRCIA ASSUNES

O Governo do Distrito Federal está causando um verdadeiro transtorno na vida dos moradores do Riacho Fundo. A acusação é dos próprios moradores da cidade que estão revoltados com o fato de a localidade não ter registro, portanto não ser legalmente reconhecida. O fato está impedindo a instalação de comércio na área e excluindo a população do programa de financiamento para construção da casa própria, da Caixa Econômica Federal.

“Legalmente a cidade não existe. Até o carnê de IPTU teve que ser cancelado. O governo gastou tanto dinheiro com a emissão de carnê para nada”, disse Fumico Guilherme Raimundo, uma das coordenadoras do Movimento Pró-registro do Riacho Fundo, fundado exclusivamente para reivindicar o registro. Segundo Fumico os moradores estão organizando um abaixo-assinado. O documento já conta com mais de duas mil assinaturas, para ser encaminhado ao governador Cristovam Buarque, à Câmara dos Deputados do Distrito Federal e ao Congresso Nacional, solicitando o registro oficial da cidade em cartório.

O movimento elaborou também um manifesto exigindo o registro. O ofício foi encaminhado, no último dia 19, ao administrador do Riacho Fundo Pedro Câmara Leão, e, observou Fumico, será enviado também ao

governador e aos deputados distritais. “Não vamos recuar. Se for preciso vamos levar o movimento ao Congresso Nacional e ao presidente da República”, insistiu a líder comunitária. O movimento, argumentou Fumico, conta com a participação de representantes de todas as associações dos diversos segmentos da população local.

Projeto - Com mais de seis anos de existência e uma população em torno de 45 mil habitantes, Riacho Fundo foi criado para abrigar inquilinos de baixa renda que receberam na época lotes semi-urbanizados. As famílias, aborda o manifesto, investiram tudo o que possuíam para realizar o sonho de ter um teto onde morar, e mesmo assim, não possuem direitos jurídicos sobre o imóvel pois a Terracap se nega a emitir os contratos de compromisso de compra e venda dos terrenos.

A falta do documento, cita no manifesto, deixa os moradores impossibilitados de adquirir financiamentos para construção e melhoria dos imóveis e ficando apenas no regime de concessão de uso. Também deve ser considerado, é lembrado no manifesto, a importância do registro para a construção do projeto da entrada da cidade, com passarela para pedestres, colocação de semáforos, lombadas e outras benfeitorias que venham proporcionar segurança aos moradores e facilitar o acesso de veículos à rodovia que interliga a cidade ao Plano Piloto e demais satélites.

Administração garante legalizar cidade

A construção da entrada da cidade, abordou Alice da Silva Bezerra, também coordenadora do Movimento Pró-registro do Riacho Fundo, é de vital importância porque vai evitar a reincidência de atropelamentos e acidentes fatais que ocorrem com frequência no local. “O registro traria o progresso para a cidade, inclusive a implantação dos setores de comércio e de indústria e a afiação da área rural”, abordou a coordenadora.

A chefe de Gabinete da Administração do Riacho Fundo, Márcia

Lima Barbosa, acredita que dentro em breve deve sair a liberação do registro da cidade. Segundo ela, já está definido que o registro será feito no 4º Cartório de Registro de Imóvel Pedro Henrique Teixeira, no Guará. “Agora só estamos dependendo da decisão do juiz dessa vara de registro”, informou a chefe de Gabinete, lembrando que a administração enviou um ofício ao cartório solicitando informação a respeito dos próximos passos que serão dados para a efetização do registro.(MA)